



A URBANIDADE SINGULAR EM PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. (ST 2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL: POLÍTICAS, ESCALAS E AÇÕES)

Amanda Cristina Padova

Universidade Federal de Santa Catarina | padova.amanda@gmail.com

Nathalia Sander

Universidade Federal de Santa Catarina | arq.nathaliasander@gmail.com

Elson Manoel Pereira

Universidade Federal de Santa Catarina | elson.pereira@ufsc.br

Julia Frutuoso de Farias

Universidade Federal de Santa Catarina | juliaffarias1212@gmail.com

Sessão Temática 2 - Desenvolvimento Regional: políticas, escalas e ações

Resumo: Este artigo explora indicadores de urbanidade em pequenos municípios, com ênfase em São Pedro de Alcântara (SC), localizado na Região Metropolitana da Grande Florianópolis. O estudo analisa indicadores da urbanidade *a priori*, conforme Lévy (apud Pereira, 2003), destacando aspectos como diversidade de usos do solo, a presença contínua de esquinas, a densidade mínima de pessoas, a continuidade dos caminhos de pedestres, a fruição pública e a flexibilidade nas edificações. A revisão do Plano Diretor Participativo do município reforça esses indicadores, com estratégias que promovem tipologias variadas, mobilidade ativa e fortalecimento das centralidades urbanas, visando frear a expansão desordenada e preservar áreas rurais. A pesquisa evidencia a importância da preservação patrimonial e da participação comunitária para um desenvolvimento urbano equilibrado, sugerindo que instrumentos urbanos apropriados podem qualificar a urbanidade e enfrentar os desafios de integração entre áreas urbanas e rurais em pequenos municípios.

Palavras-chave: Urbanidade; indicadores; São Pedro de Alcântara; pequenos municípios; Plano Diretor Participativo.

THE UNIQUE URBANITY IN SMALL MUNICIPALITIES: THE CASE OF SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

Abstract: This article explores indicators of urbanity in small towns, with emphasis on São Pedro de Alcântara (SC), located in the Metropolitan Region of Grande Florianópolis. The study analyzes indicators of urbanity a priori, according to Lévy (apud Pereira, 2003), highlighting aspects such as diversity of land uses, the continuous presence of street corners, minimum density of people, continuity of pedestrian paths, **public enjoyment and use flexibility in buildings**. The review of the municipality's **Participatory Master Plan** reinforces these indicators, with strategies that promote varied typologies, active mobility and strengthening of urban centers, aiming to curb disorderly expansion and preserve rural areas. The research highlights the importance of heritage preservation and community participation for balanced urban development, suggesting that appropriate urban planning instruments can qualify urbanity and face the challenges of integration between urban and rural areas in small municipalities.

Keywords: Urbanity; indicators; São Pedro de Alcântara; small towns; Participatory Master Plan.

LA URBANIDAD SINGULAR EN PEQUEÑOS MUNICIPIOS: EL CASO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

Resumen: Este artículo explora **indicadores de urbanidad** en municipios pequeños, con énfasis en São Pedro de Alcântara (SC), ubicado en la Región Metropolitana de la Gran Florianópolis. El estudio analiza indicadores de urbanidad a priori, según Lévy (apud Pereira, 2003), destacando aspectos como la **diversidad de usos del suelo, la presencia continua de esquinas, la mínima densidad de personas, la continuidad de los recorridos peatonales, el disfrute público y Flexibilidad en los edificios**. La revisión del **Plan Maestro Participativo** del municipio refuerza estos indicadores, con estrategias que promueven tipologías variadas, movilidad activa y fortalecimiento de las centralidades urbanas, con el objetivo de frenar la expansión desordenada y preservar las zonas rurales. La investigación destaca la importancia de la preservación del patrimonio y la participación comunitaria para un desarrollo urbano equilibrado, sugiriendo que instrumentos urbanos apropiados pueden calificar la urbanidad y enfrentar los desafíos de la integración entre áreas urbanas y rurales en municipios pequeños.

Palabras clave: Urbanidad; indicadores; São Pedro de Alcântara; municipios pequeños; Plan Maestro Participativo.

INTRODUÇÃO

A urbanidade, no contexto dos municípios pequenos situados em regiões metropolitanas, é um conceito que vai além da simples organização espacial das cidades. Ela engloba as práticas sociais, culturais e econômicas que definem a vida urbana e moldam as interações entre os habitantes, o espaço urbano e a infraestrutura disponível. A urbanidade refere-se, portanto, ao conjunto de comportamentos, modos de vida e valores que emergem em ambientes urbanos, caracterizando-se pela convivência diversificada, pelas redes de sociabilidade e pela complexidade das interações cotidianas, apresentando relações específicas as diferentes escalas municipais, explorando aqui como se manifesta este conceito em municípios de pequeno porte.

O estado de Santa Catarina é composto por 295 municípios, predominando aqueles de pequeno porte, sobretudo quando considerado a população. Aproximadamente 75% desses municípios possuem menos de 20.000 habitantes (IBGE, 2022). Isso é o resultado de uma formação sócio-espacial que começou com a ocupação do litoral com objetivos claros de defesa do território colonial português e seguiu com programas de ocupação do território por meio de imigrações, seja de população vinda diretamente de países europeus, seja da expansão agrícola do norte do Rio Grande do Sul. O Estado até hoje não possui um município com mais de 1 milhão de habitantes, como é encontrado em alguns estados brasileiros. Mesmo que hoje haja um processo de litoralização crescente do território, ainda é muito grande o número de municípios com menos de 20 mil habitantes, com um núcleo urbano muito pequeno, e alguns deles sob forte influência de dinâmicas metropolitanas.

Um destes municípios é São Pedro de Alcântara, objeto de nossa pesquisa. Localizado na parte leste do estado de Santa Catarina, pertence à região metropolitana da capital, estando situado a aproximadamente 30 km de Florianópolis e possuindo uma área de 139.196 km² (IBGE, 2023a). Reconhecido como o primeiro município de colonização alemã no Brasil, São Pedro de Alcântara representa um exemplo dos municípios catarinenses com pequena população que estão passando por processos de revisão de seus Planos Diretores Participativos (PDP) e, embora sofra as influências da proximidade de uma capital de estado, apresenta ainda características de um município pequeno e interiorano.

Assim sendo, este artigo se propõe a traçar uma análise exploratória sobre os indicadores de urbanidade em pequenos municípios, compreendendo as especificidades e desafios únicos enfrentados na gestão e no planejamento urbano dessas cidades, uma vez observada a necessidade de compreensão adequada do espaço e suas particularidades de modo a possibilitar o planejamento compatível a estas localidades, utilizando do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de São Pedro de Alcântara como objeto para esta análise. Ao contrário das cidades médias e grandes, onde há maior autonomia e disponibilidade de recursos financeiros, institucionais e administrativos, os pequenos municípios lidam com limitações que tornam a qualificação do espaço urbano um desafio ainda maior. Com foco no caso de São Pedro de Alcântara, o presente estudo examina a relação, de um lado, entre o

planejamento urbano, as dinâmicas de urbanização e, por outro lado, entre a contemporaneidade e as tradições e cultura local, oferecendo uma perspectiva aos envolvidos no planejamento das cidades sobre como fortalecer a urbanidade sem perder a identidade histórica e cultural da cidade.

URBANIDADE EM MUNICÍPIOS PEQUENOS

A cidade, em sua espacialidade, representa o ponto de convergência e influência mútua entre o social e o urbano (Aguiar, Netto, 2012, p. 13). Tal influência pode ser percebida ao analisarmos dinâmicas urbanas e sociais em regiões metropolitanas, onde o núcleo urbano (ou município-sede), vem paulatinamente alicerçando seus padrões em municípios vizinhos de menor porte, também englobados na conurbação. O processo de urbanização extensiva e com planejamento de baixa repercussão territorial, perceptível na maioria das regiões metropolitanas, alcança também os pequenos municípios situados na franja da metrópole, onde a produção imobiliária tem repercussões importantes sobre o meio ambiente e faz emergir uma contradição entre a vida rural ou semi rural e a demanda por urbanidade da população que vive cotidianamente entre dois mundos: o da urbanidade densa da metrópole central e o da ruralidade de seu município.

Apesar do papel primordial dos municípios de portes menores compreendidos em Regiões Metropolitanas — sobretudo relacionado ao fornecimento de produtos e alimentos diversos — a concepção prevalente nos grandes centros urbanos associam o “interior” a um estado de atraso e conservadorismo, sugerindo que esses locais não são capazes de manifestar a diversidade cultural, o cosmopolitismo, e a modernidade que caracterizam os núcleos metropolitanos (Domingues, Gontijo, 2021, p.66). Entretanto, é importante esclarecer que os elementos que configuram a urbanidade se manifestam de diversas maneiras, em contextos distintos. Portanto, esses municípios, ainda que afastados das áreas de grande concentração populacional, não apresentam total ausência de urbanidade, potencialmente presente nas metrópoles, mas uma urbanidade noutros moldes, pois apresentam também diversidade cultural ou de relações socioespaciais.

Nos municípios pequenos, a urbanidade se manifesta de forma particular. Embora esses locais possam ser influenciados pelas metrópoles próximas, eles tendem a preservar formas mais tradicionais de convivência, onde a coesão social e o senso de comunidade são mais evidentes. Os aspectos da urbanidade nesses contextos podem ser analisadas sob diferentes dimensões e/ou indicadores, tais como:

Dimensão social: Em pequenos municípios, a urbanidade social é marcada por interações mais próximas e uma rede de relações interpessoais fortes. Diferente das metrópoles, onde o anonimato é comum, esses municípios tendem a promover um ambiente onde os habitantes têm maior senso de pertencimento e identidade coletiva. As práticas comunitárias, como festas locais, mercados comunitários e eventos culturais, reforçam esse laço social.

Dimensão espacial: A configuração espacial desses municípios reflete uma urbanidade onde a proximidade física é facilitada por uma escala urbana menor. As ruas são mais seguras, os espaços públicos mais acessíveis e os bairros são organizados de maneira a fomentar a convivência. No entanto, a pressão das metrópoles pode alterar essa conformação, introduzindo problemas como a especulação imobiliária e o crescimento desordenado, que ameaçam a coesão espacial e a preservação das áreas verdes.

Dimensão econômica: Pequenos municípios próximos a grandes centros urbanos experimentam uma urbanidade econômica complexa. Eles podem se beneficiar da proximidade com o mercado metropolitano, atraindo investimentos e gerando empregos. Entretanto, a integração econômica também pode trazer desafios, como a dependência dos serviços e produtos das metrópoles, e a dificuldade de manter uma economia local sustentável que preserve as tradições e o comércio local.

Dimensão cultural: A urbanidade cultural nesses municípios é um aspecto crucial para a preservação da identidade local. Mesmo sob a influência das metrópoles, é comum encontrar uma forte valorização das tradições, dos costumes e das expressões culturais típicas da região. A urbanidade cultural, nesse caso, envolve a resistência às pressões de homogeneização cultural trazidas pelas grandes cidades, promovendo a diversidade cultural e o respeito às raízes locais.

Dimensão ambiental: A urbanidade nesses municípios também envolve uma relação diferenciada com o meio ambiente. A presença de áreas verdes, rios, e outras características naturais são elementos que moldam a qualidade de vida e o cotidiano dos habitantes. No entanto, a proximidade com as metrópoles traz desafios de preservação ambiental, como a poluição, o desmatamento e a ocupação desordenada, que precisam ser enfrentados através de políticas de desenvolvimento sustentável.

Diante desses aspectos, é evidente que a análise da urbanidade em municípios pequenos não deve ater-se somente ao comumente observado nas grandes cidades metropolitanas, mas ao contexto histórico de formação do município e as especificidades encontradas, principalmente no que tange a relação espacial, social e cultural desenvolvida e o modo de vida dos moradores destas cidades, visto que a evocação do urbano como um aspecto da experiência humana surge da análise do que é vivido e da convivência com o outro (Aguilar, Netto, 2012, p. 34), seja este outro a própria cidade ou outro ser social.

O CASO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA (SC)

São Pedro de Alcântara integra a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), estabelecida pela Lei Complementar Estadual n.º 636/2014, juntamente com municípios como Águas Mornas, Antônio Carlos e Palhoça. O município é diretamente influenciado pela dinâmica metropolitana, o que acentua desafios de integração regional e desenvolvimento sustentável. Conforme o Estatuto da Metrópole (Lei Federal n.º 13.089/2015), as regiões metropolitanas devem adotar princípios como o compartilhamento de responsabilidades e a

promoção do desenvolvimento urbano integrado, observando a prevalência do interesse comum sobre o local (BRASIL, 2015).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de São Pedro de Alcântara conta com uma população de 5.776 habitantes, e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 15.695,37 em 2020, um dos mais baixos de Santa Catarina e o menor da região geográfica imediata (IBGE, 2023b). A economia local é predominantemente baseada nos setores de serviços e agropecuária, sem uma atividade econômica de destaque que impulse o desenvolvimento do município.

O Relatório da Leitura Técnica¹, realizado em 2024 para a revisão do Plano Diretor Participativo do município, revelou que o padrão de ocupação de São Pedro de Alcântara apresenta-se de forma dispersa e linear, apresentando dois núcleos urbanos principais: os bairros Centro e Santa Tereza. No Centro, há uma maior concentração de comércio e serviços, além da centralização administrativa. Já em Santa Tereza, a presença do Hospital Santa Teresa e do Complexo Penitenciário do Estado promove dinâmicas e usos diferenciados, o que sugere a necessidade de reflexões sobre a criação e fortalecimento de centralidades no território municipal.

Juntamente com a Leitura Técnica, outro produto intitulado “Leitura Comunitária” proporcionou uma análise das percepções dos residentes de São Pedro de Alcântara acerca da função do município no contexto da Região Metropolitana de Florianópolis. As avaliações obtidas corroboram a relevância de São Pedro de Alcântara na provisão de alimentos para as cidades adjacentes, além de sublinharem o reconhecimento do patrimônio cultural e paisagístico da localidade, que está intrinsecamente associado ao turismo e ao modo de vida local.

Esse destaque ao patrimônio cultural, material e imaterial, é profundamente associado à história da imigração alemã. Esse patrimônio, juntamente com as paisagens naturais preservadas e as vastas áreas rurais, oferece um grande potencial para o desenvolvimento do turismo e da economia local. No entanto, essas áreas também enfrentam pressões urbanas e periurbanas, que demandam políticas robustas de proteção ambiental e cultural. Todas essas questões concernem o planejamento e também a caracterização da cultura local e da urbanidade existente. Ademais, a dispersão territorial e a bipolarização de equipamentos urbanos, aliadas às dinâmicas metropolitanas, refletem em dificuldades de deslocamento intraurbano e intermunicipal.

Apesar da relação de onipresença das metrópoles, sobretudo através do planejamento que tem oferecido um modelo único de desenvolvimento para todas as cidades (Detoni, Miron, 2022, p.2), em São Pedro de Alcântara observam-se características que entrelaçam elementos urbanos e rurais. Essa combinação evidencia uma urbanidade que integra conceitos diversos: desde a possibilidade de uma convivência harmoniosa através de espaços públicos democráticos e de preexistências que orientam a memória e a identidade (Somekh,

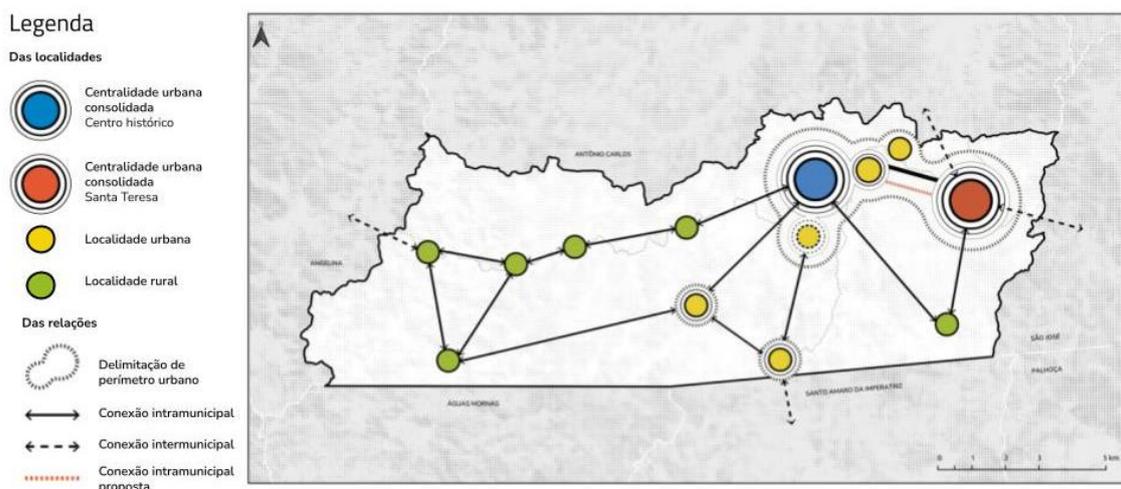
2017), até o impacto e a expressão de um campo de forças que engloba o espaço e o tempo, bem como as interações entre pessoas, objetos urbanos e contextos variados (Rezende *et al.*, 2019).

Neste estudo, a urbanidade de São Pedro de Alcântara foi identificada com base nas Leituras elaboradas pela equipe técnica do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina durante a revisão do Plano Diretor Participativo do município. A apresentação da urbanidade será estruturada de acordo com as dimensões discutidas no tópico inicial do artigo. É necessário considerar, além da abordagem técnica, a perspectiva comunitária, relacionada à atuação dos moradores nas dinâmicas participativas.

Na escala ou dimensão social e cultural, a urbanidade se manifesta no município em datas específicas principalmente através do desenvolvimento das festas e eventos culturais, como a Oktobertanz e outras celebrações de cunho religioso, relacionadas à Paróquia de São Pedro de Alcântara, por exemplo. Para a organização e desenvolvimento destes eventos é necessário que redes de sociabilidade sejam formadas, portanto, a comunidade se organiza com o objetivo de promover a tradição local, edificada no contexto étnico da cultura alemã. Este ponto também é evidenciado através da Leitura Comunitária², onde a aferição dos aspectos relacionados à realização de atividades culturais, festas locais e de lazer obteve 64,3% de avaliação positiva (correspondente a parcela de respondentes do questionário online realizado durante processo de elaboração da Leitura Comunitária do PDP do município). Portanto, no que tange a esse aspecto, a urbanidade no município também se manifesta quando os atributos estão associados aos modos de interação social (Holanda, 2012, p. 166).

No que diz respeito à dimensão espacial, embora a configuração de municípios pequenos inicialmente sugira uma proximidade física facilitada, observa-se em São Pedro de Alcântara a formação de dois núcleos principais (Bairro Centro e Bairro Santa Teresa), onde se concentram serviços e comércios, evidenciando tanto características urbanas quanto aspectos relacionados à urbanidade. Em contraste, bairros como Barro Branco e Rocinha apresentam características rurais, manifestadas pela baixa densidade populacional e de unidades habitacionais, bem como pela localização relativamente distante da malha urbana principal. Esses bairros enfrentam acesso limitado à infraestrutura urbana básica, com vias principais não pavimentadas, distância significativa de serviços, comércios e equipamentos comunitários e uma presença notável de atividades agrícolas.

Figura 01 - Centralidades, localidades e relações em São Pedro de Alcântara



Fonte: Equipe Técnica do Laboratório de Urbanismo da UFSC, 2024.

Nesse contexto, a urbanidade é reduzida em relação à escala total do município, devido à limitação das relações espaciais, especialmente em virtude das distâncias e deslocamentos envolvidos. Além disso, a baixa densidade encontrada nas áreas rurais contribui para a diminuição da urbanidade, uma vez que a densidade é um elemento central da urbanidade. Conforme Lévy (apud Pereira, 2003), é por meio da densidade residencial (número de pessoas que habitam um determinado espaço) que se sustenta uma maior diversidade de atividades realizadas.

Quanto à dimensão ambiental, São Pedro de Alcântara destaca-se por seus expressivos atrativos paisagísticos, os quais integram a riqueza natural à herança cultural local. Um exemplo emblemático é o Caminho das Tropas, inserido no bioma da Mata Atlântica, cuja construção em pedras brutas, realizada por escravos, estabeleceu uma conexão terrestre entre o litoral e o planalto serrano. Essa via comercial representou um vetor de profundas transformações socioculturais na região. A própria fundação de São Pedro de Alcântara, em 1829, como colônia, visava assegurar a manutenção e a segurança dessa importante rota (Bauer, Sohn, 2018, p. 664). A qualidade de vida trazida pela abundância de elementos naturais também foi evidenciada durante a realização das atividades participativas da revisão do Plano Diretor do município. Entretanto, é imperativo destacar a dualidade existente entre a necessidade de preservação dos recursos naturais presentes no território e o avanço crescente das dinâmicas metropolitanas na região.

A dimensão econômica de São Pedro de Alcântara entrelaça-se com os aspectos ambientais e socioculturais previamente discutidos, evidenciando um contexto que abarca tanto as oportunidades de negócios quanto o potencial de consumo. Ao considerar a geração de vagas de emprego pelo tamanho da população, é a que cidade que mais cresce na grande região de Florianópolis. Embora apresente características predominantemente rurais, a maior parcela do PIB (35,7%) é oriunda do setor de serviços, enquanto a agropecuária responde por apenas 22,2% (Caravela, 2024). O principal vetor de crescimento econômico, entretanto, permanece

o turismo, com ênfase nas festas culturais e nas belezas naturais da localidade. A atividade turística não apenas atrai investimentos locais, mas também gera um efeito multiplicador na economia, consolidando a paisagem como atrativo, além de ser um fator relevante para o desenvolvimento regional, pois possibilita a construção de vínculos entre identidade e memória (Bauer, Sohn, 2018, p. 666). Nesse contexto, São Pedro de Alcântara se torna um destino procurado por turistas que buscam tranquilidade e qualidade de vida, em contraste com as dinâmicas das grandes metrópoles.

Após a apresentação geral das dimensões de urbanidade observadas em São Pedro de Alcântara, procedeu-se a uma análise mais aprofundada dos vínculos socioespaciais urbanos, a qual evidenciou a inter-relação entre os indicadores de urbanidade e as estratégias adotadas na formulação da revisão do Plano Diretor Participativo do município.

URBANIDADE À PRIORI EM SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

A distinção entre urbanidade *a priori* e urbanidade *a posteriori*, conforme conceituada por Lévy (apud Pereira, 2003), torna-se fundamental para a definição dos indicadores de urbanidade. Neste estudo e contexto, serão abordados os indicadores *a priori*, dado que se considera mais pertinente focalizar nas potencialidades inerentes à configuração espacial, ao invés de limitar a análise às características já consolidadas, sejam elas positivas ou negativas.

Lévy propõe alguns indicadores de *urbanidade a priori*, como a diversidade de usos do solo urbano. Diversos autores destacam que a convivência de diferentes usos urbanos (residencial, comercial, serviços, etc.) em um mesmo espaço promove trocas sociais e, portanto, favorece a urbanidade. Outro indicador, relacionado a isso, é a flexibilidade no uso das edificações, para que possam se adaptar às diferentes demandas sociais. Essa flexibilidade inclui a forma das construções e as regulamentações urbanísticas, que devem ser ajustáveis a diferentes contextos.

Uma das principais estratégias adotadas pela equipe do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, responsável pela revisão do Plano Diretor de São Pedro de Alcântara, foi permitir a maior diversidade possível de tipologias de uso nas diferentes zonas, além de reforçar as centralidades urbanas identificadas. Essa abordagem visa promover uma cidade mais mista, na qual atividades residenciais e não residenciais coexistem harmonicamente (Albano, 2000). A destinação de áreas exclusivamente industriais foi restrita a atividades com impactos ambientais significativos, de modo a mitigar seus efeitos sobre o meio urbano. A figura 2 demonstra como o Quadro dos Parâmetros Urbanísticos de Uso do Solo foi pensado, objetivando a pluralidade dos usos, o fortalecimento das áreas centrais existentes, a proteção de áreas ambientais e a manutenção das atividades agrícolas nas zonas rurais.

Figura 02 - Parâmetros Urbanísticos de Uso do Solo

Usos	Porta	Zona									
		ZONA MISTA CENTRAL (ZMC)	ZONA DE PROTEÇÃO HISTÓRICA (ZPH)	ZONA MISTA RESIDENCIAL (ZMR)	ZONA EMPRESARIAL E INDUSTRIAL (ZEI)	ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (ZDE)	ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ZEU)	ZONA DE PRIORIDADE AMBIENTAL (ZPA)	ZONA INSTITUCIONAL E DE SEGURANÇA (ZIS)	ZONA RURAL (ZR)	ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE DA PENITENCIÁRIA (AEIP)
1.	1.1.	A	A	A	T	A	A	A	P	A	T
	1.2.	A	P	P	P	A	P	P	P	P	P
	1.3.	A	T	T	P	A	T	P	P	P	P
	1.4.	P	P	P	P	P	P	P	P	A	P
	1.5.	P	P	A	P	P	A	P	P	P	P
	1.6.	A	A	A	P	A	A	P	P	A	P
2.	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
	M	A	A	A	A	A	A	P	A	A	A
	1.	G	T	P	T	A	A	T	P	P	P
	2.2.	T	T	T	A	A	T	P	P	P	P
	2.3.	T	T	T	A	A	T	P	P	P	P
3.	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
	1.	M	A	A	T	A	A	T	P	A	A
	3.2.	A	A	A	A	A	A	P	A	A	A
4.	4.1.	A	A	A	P	A	A	A	P	A	P
	4.2.	T	P	A	P	A	A	A	P	A	P
	5.1.	A	A	A	P	A	A	P	A	A	A
5.	5.2.	A	T	A	P	A	A	P	P	P	P
	6.	P	A	A	A	A	A	P	A	A	A

¹ Adequado, contanto que seja escola destinada ao ensino agrícola e ambiental.
² Adequado, desde que seja terminal de transporte de passageiros.
³ Adequado, desde que seja uma infraestrutura de pequeno porte.

Legenda
A Adequado T Tolerado P Proibido

Fonte: Equipe Técnica do Laboratório de Urbanismo da UFSC, 2024.

Essa estratégia também está alinhada com os estudos de Bleicher e Paquot (apud Pereira, 2003), que defendem a diversidade de usos como base fundamental para assegurar a habitabilidade urbana, recomendando a separação de usos apenas em casos específicos, como no caso da indústria pesada. Tal abordagem se harmoniza com indicadores como a diversidade de usos do solo urbano, a flexibilidade no uso das edificações e a promoção de uma convivência entre diferentes classes sociais em um mesmo espaço.

Outro indicador muito ligado ao desenho urbano é a presença contínua de esquinas, Jane Jacobs (2000), aborda a questão dos encontros inesperados e casuais, considerando-os fundamentais para a urbanidade. Ela refere-se a isso como "quadras curtas", repletas de pontos que promovem diversas interações.

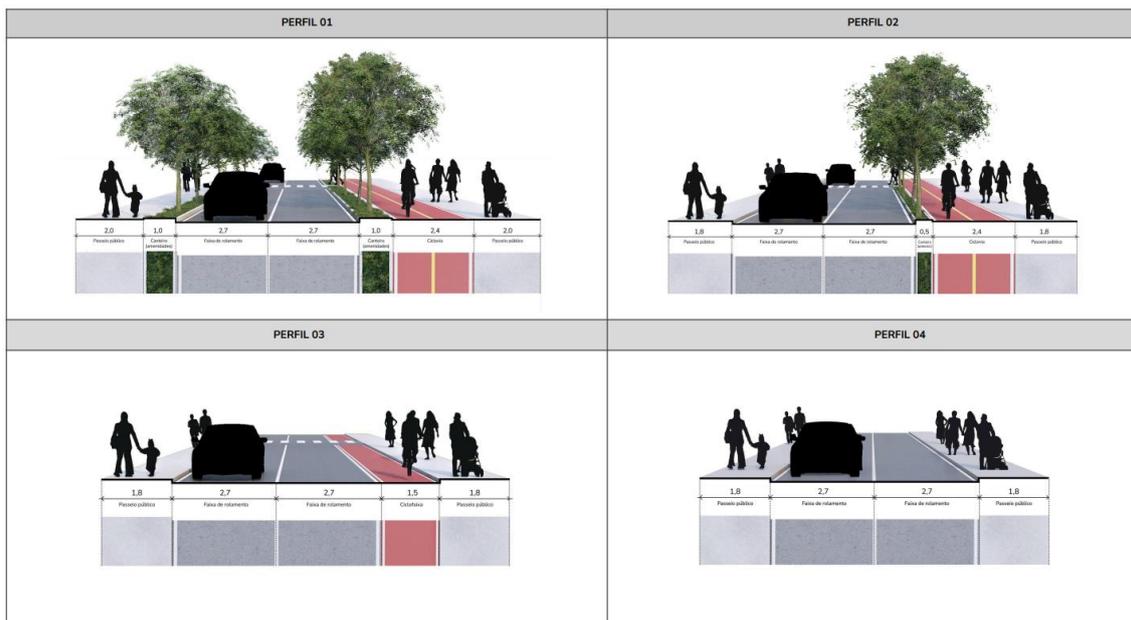
A urbanidade também se fortalece com uma população mínima que resida e frequente o local, promovendo trocas sociais e contribuindo para a vitalidade do ambiente. Requerendo uma população mínima residente e acessível para não moradores, pois são as pessoas que permitem as trocas sociais e a vitalidade do espaço urbano.

A análise de parâmetros como a densidade mínima de pessoas, amplamente discutida por autores como Jacobs (2000) em estudos sobre metrópoles como Nova Iorque, revela-se inviável para aplicação direta em cidades de pequeno porte, como São Pedro de Alcântara. Entretanto, foi possível identificar os núcleos urbanos com maior densidade populacional no município, permitindo o desenvolvimento de estratégias direcionadas ao seu fortalecimento.

Esse enfoque, busca não apenas promover uma urbanidade mais qualificada nesses núcleos, mas também contribuir para o controle da expansão urbana, permitindo que o município proteja suas áreas rurais — um aspecto valioso para a população local, que busca preservar suas tradições e modos de vida em harmonia com a paisagem natural existente.

A continuidade dos caminhos de pedestres e proximidade das construções são igualmente importantes, pois barreiras físicas ou psicológicas, como avenidas de difícil travessia ou espaços vazios que geram insegurança, comprometem a acessibilidade e a experiência urbana. Nesse sentido, entende-se como crucial garantir a continuidade e acessibilidade dos percursos a pé. No Plano Diretor Participativo de São Pedro de Alcântara, a mobilidade ativa foi proposta através do desenho de perfis viários em vias projetadas, priorizando ciclistas e pedestres com espaços exclusivos para caminhadas e uso de bicicleta.

Figura 03 - Perfis viários das vias projetadas



Fonte: Equipe Técnica do Laboratório de Urbanismo da UFSC, 2024.

No processo de revisão do Plano Diretor Participativo, uma das prioridades foi garantir a fruição pública, incentivando o uso comercial do terreno, que promove a interação entre o espaço privado e a calçada. Aplicado em zonas como a Zona Mista Central (ZMC) e na Zona de Proteção Histórica (ZPH), onde se buscou incentivar e fortalecer o caráter de centralidade, a aproximação da edificação com o logradouro público tendendo a trazer benefícios como as fachadas ativas, por exemplo. A presença de comércio nos térreos das edificações próximas a calçada faz com que se tenha maior permeabilidade visual e movimento nas ruas, o que as tornam mais convidativas e seguras. Por fim, a proposta contida no PDP visa dificultar o posicionamento de veículos na entrada direta dos estabelecimentos comerciais e nas calçadas das áreas comerciais, assim como já é prática em muitas áreas urbanas contemporâneas.

Essa estratégia visa aumentar o fluxo de pedestres, estimular a mobilidade ativa e atrair mais pessoas para circular na região. Além disso, a permeabilidade física ou visual dessas fachadas contribui para tornar o ambiente mais convidativo e seguro, com mais “olhos nas ruas” (Jacobs, 2000), o que reforça a própria segurança local e a vivacidade do espaço urbano.

Outra estratégia, do ponto de vista legal do PDP, foi indicar uma maior taxa de ocupação para a ZMC, pois ela é essencial para a viabilização de comércios e serviços típicos de uma centralidade urbana. Entendemos que a maior taxa de ocupação do embasamento permite que o empreendimento utilize uma maior parte do lote, resultando em uma fachada mais extensa em contato direto com a rua, o que promove as fachadas ativas.

As fachadas ativas desempenham um papel crucial na promoção da qualidade das centralidades urbanas, pois facilitam a interação entre o público e o privado, além de fortalecerem a conexão entre o espaço interno e externo, ampliando a sensação de segurança para os pedestres. Para assegurar a manutenção dessas condições, é fundamental considerar parâmetros urbanísticos, como o afastamento frontal.

Paralelamente, a diversidade social no uso de um mesmo espaço emerge como um indicador relevante de urbanidade, ao enriquecer as interações e fomentar a convivência entre diferentes classes sociais. A segregação social, por sua vez, compromete a qualidade das relações urbanas, empobrecendo as dinâmicas sociais (Ribeiro, 1996). A urbanidade, portanto, pressupõe a coexistência de grupos diversos, promovendo uma cidade mais inclusiva e vibrante. Esses indicadores – com exceção da diversidade social – são de natureza urbanística e contribuem para a identificação do potencial de urbanidade em determinados espaços.

Ademais, é fundamental analisar o envolvimento da comunidade local no planejamento urbano, ressaltando a relevância da participação popular na construção de uma urbanidade que atenda às demandas dos moradores. A necessidade dessa participação foi impulsionada pelo Estatuto da Cidade, que ao promover formas participativas de gestão, originou o Plano Diretor Participativo (PDP). Esse modelo não apenas inclui diretrizes técnicas para o ordenamento urbano, mas também integra uma leitura coletiva da realidade expressa nas contribuições cidadãs. O PDP transcende a concepção de que apenas agentes institucionais, legitimados por vias políticas ou acadêmicas, possuem a competência para elaborar políticas urbanas e instrumentos de democratização das cidades (Goulart, 2008).

No que se refere à relação entre o desenvolvimento da urbanidade e as atividades participativas realizadas durante a revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) de São Pedro de Alcântara, observa-se que muitas das estratégias elaboradas pela Equipe Técnica foram fundamentadas nas percepções e anseios dos habitantes locais. Nas dinâmicas participativas, os aspectos positivos do município destacados pelos moradores concentraram-se, sobretudo, na qualidade de vida, no meio ambiente, na paisagem e no patrimônio cultural e imaterial.

Esses elementos estão profundamente conectados ao conceito de urbanidade, uma vez que a qualidade de vida está intrinsecamente ligada às práticas de convivência social, que englobam cordialidade, cooperação e relações de vizinhança — características mais

evidentes em cidades de menor porte, como São Pedro de Alcântara. Nesse contexto, Gehl (2006) destaca que a presença de pessoas, atividades, eventos e estímulos configura uma das qualidades essenciais dos espaços públicos. Assim, a urbanidade no município se fortalece por meio da interação entre seus habitantes e o ambiente, refletindo uma dinâmica urbana marcada pela proximidade e pela valorização dos aspectos naturais e culturais.

Portanto, a participação social no planejamento urbano, por meio de instrumentos como o Plano Diretor Participativo, fortalece o pertencimento territorial e a coletividade, tornando os espaços mais dinâmicos e democráticos ao atenderem a interesses mais diversos e a promoção da vitalidade urbana. Assim, a participação social é essencial para a construção de uma urbanidade inclusiva e adaptada à multiplicidade de atores compreendidos nas dinâmicas socioespaciais e na própria produção do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanidade de São Pedro de Alcântara é marcada pela interação entre elementos urbanos e rurais, refletindo uma convivência harmoniosa entre o ambiente natural, o patrimônio cultural e a vida social. Como um município que integra a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), São Pedro de Alcântara enfrenta desafios de integração regional, principalmente no que diz respeito à gestão do uso do solo e à infraestrutura. A dispersão territorial e a formação de dois núcleos principais (Centro e Santa Tereza) contrastam com as áreas rurais mais afastadas, onde há baixa densidade populacional e menos acesso a serviços e infraestrutura.

A cidade possui um forte vínculo com suas tradições culturais, como as festas locais e religiosas, que reforçam as redes de sociabilidade. Esse enraizamento cultural é um dos principais indicadores de urbanidade, onde a comunidade se organiza para preservar e promover suas tradições, conectando-se tanto pela cultura material quanto imaterial. A preservação do patrimônio cultural e paisagístico também revela um potencial de crescimento no turismo, o que poderia impulsionar a economia local.

No entanto, a urbanidade em São Pedro de Alcântara é limitada em alguns aspectos, como a baixa densidade populacional e as dificuldades de mobilidade entre as diferentes áreas do município. A falta de infraestrutura básica em regiões rurais e a dependência de serviços localizados nos dois núcleos urbanos principais contribuem para uma sensação de desconexão entre os habitantes das zonas mais periféricas.

A urbanidade em pequenos municípios, como São Pedro de Alcântara, apresenta características únicas que contrastam com as realidades metropolitanas. Nesses contextos, os desafios urbanos estão frequentemente ligados à necessidade de integrar as áreas rurais e urbanas de forma sustentável. A baixa densidade populacional e a economia predominantemente rural, muitas vezes, dificultam a criação de centralidades urbanas dinâmicas, o que compromete a mobilidade e a acessibilidade.

Entretanto, a urbanidade em pequenos municípios pode ser fortalecida através da preservação de patrimônios culturais e naturais, como observado em São Pedro de Alcântara. As tradições culturais e as redes de sociabilidade desempenham um papel crucial na construção da identidade local e na promoção de interações sociais que, por sua vez, contribuem para a qualidade de vida dos habitantes.

Outro ponto importante para o fortalecimento da urbanidade em pequenos municípios é a participação ativa da comunidade nos processos de planejamento urbano. Essa participação pode garantir que o desenvolvimento do município atenda às necessidades reais da população, promovendo um ambiente urbano mais inclusivo e funcional. Ao incluir a comunidade nas decisões sobre o uso do solo, a preservação de áreas rurais e o fortalecimento de centralidades, é possível criar cidades que reflitam os anseios dos seus moradores, respeitando tanto a identidade local quanto às exigências do desenvolvimento urbano sustentável.

A urbanidade em pequenos municípios metropolitanos, portanto, é multifacetada, sendo resultado da interação entre tradição e contemporaneidade, proximidade com a natureza e desafios de infraestrutura, além da constante tensão entre preservação e crescimento. Para que esses municípios possam se desenvolver de forma equilibrada, é essencial que o planejamento urbano considere todas essas dimensões, promovendo um crescimento que respeite a identidade local, ao mesmo tempo em que se integra de forma sustentável às dinâmicas regionais. A urbanidade, nesse sentido, torna-se um conceito chave para entender e gerir o desenvolvimento desses espaços, garantindo que eles possam oferecer qualidade de vida, coesão social e preservação ambiental em meio às pressões metropolitanas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

BAUER, J.; SOHN, A. P. L.. **O Caminho das Tropas Desterro-Lages e o legado patrimonial: potencialidades para o desenvolvimento do seu turismo cultural**. Interações (Campo Grande), v. 19, n. 3, p. 655–677, jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. 2015a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 15 out. de 2023.

CARAVELA. **São Pedro de Alcântara - SC. 2024**. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/s%C3%A3o-pedro-de-alc%C3%A2ntara---sc>. Acesso em: 30 set. 2024.

DETONI, Luana Pavan; MIRON, Luciana In s Gomes. **Cidades Pequenas e Qualidade de Vida Urbana: um estudo sobre coopera o intermunicipal na AMOSC**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19., 2022. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANTAC, 2022. p. 1–12. DOI: 10.46421/entac.v19i1.2138. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/entac/article/view/2138>. Acesso em: 8 set. 2024.

DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho; GONTIJO, Fabiano. Como assim, cidade do interior? Antropologia, urbanidade e interioridade no Brasil. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e74075. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/74075>. Acesso em: 8 set. 2024.

IBGE. IBGE | Cidades@ | Santa Catarina | **São Pedro de Alcântara | Panorama. 2023a**. Disponível em: <IBGE | Cidades@ | Santa Catarina | São Pedro de Alcântara | Panorama>. Acesso em: 13 jun. de 2023.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE | IBGE. 2023b**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central->>. Acesso em: 19 jul. de 2023.

IBGE. **Primeiros Resultados de Popula o do Censo Demográfico 2022** (22 de dezembro de 2023). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Populacao_e_domicilios_Primeiros_resultados/Resultados_da_2a_apuracao_20231027/POP2022_Municipios_Primeiros_Resultados_20231222.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

GEHL, J. (2006). **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios.** Barcelona: Editorial Reverte.

GOULART, Jefferson O. **Estatuto da Cidade e Plano Diretor Participativo: instituições contam e a política faz diferença.** Cadernos Ippur: Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. XXII, n. 1, p. 99-121, jan./jul. 2008. Disponível em: https://ippur.com.br/wp-content/uploads/2016/05/CI_Ano_XXII_n1_jan-jul_2008.pdf#page=99. Acesso em: 01 out. 2024.

HOLANDA, Frederico de. **Urbanidade: arquitetônica e social.** In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (org.). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes 1ª edição, 2000.
PEREIRA, E.M. Urbanidade e sustentabilidade de Espaços Públicos. IN: Anais do X Encontro nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 2003.

REZENDE, Wagner de Souza *et al.* **Urbanidade na Cidade Informal: Uma Abordagem Operativa.** 2019. Disponível em: <http://xviiienanpur.anpur.org.br/anais-sts/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SANTOS, J. P. **Instrumentos de Planejamento Urbano em Cidades Pequenas: Análise da relação rural/urbano em Pinhalzinho/SC (1961-2019).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2020.

SOMEKH, Nadia. **Cidade, patrimônio, herança e inclusão. Em busca de novos instrumentos.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 211.00, Vitruvius, dez. 2017 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.211/6825>. Acesso em: 9 set. 2024.

¹ O caderno de Leitura Técnica apresenta o levantamento de dados quantitativos e qualitativos, em fontes primárias e secundárias, distribuídos em inúmeras instâncias públicas e particulares, de abrangência municipal, estadual e federal, bem como em trabalhos de pesquisa, publicados em periódicos científicos e instituições de ensino superior do país. Também foram realizadas diversas visitas in loco, com levantamentos e registros fotográficos, que auxiliaram na compreensão da realidade municipal. Disponível em: <https://participaspa.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2024/03/Produto-02-Leitura-Tecnica-Plano-Diretor-Participativo-de-Sao-Pedro-de-Alcantara-Fevereiro-2024.pdf>

² A Leitura Comunitária é o primeiro produto do processo da revisão do Plano Diretor Participativo, onde são apresentados os dados coletados durante a primeira fase do processo de participação comunitária e compõe, juntamente com a Leitura Técnica, a Leitura da Cidade. Disponível em: <https://participaspa.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2024/02/Produto-01-Leitura-Comunitaria-Plano-Diretor-Participativo-de-Sao-Pedro-de-Alcantara-Fevereiro-2024.pdf>